

Financiamento forçado



**António
Domingues
Azevedo**

Bastonário
da Ordem dos
Técnicos Oficiais
de Contas

Foram divulgadas, no passado dia 12 de janeiro, as novas tabelas de retenção na fonte que decorrem da reforma do IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares). O que se constata da leitura das mesmas é que os contribuintes estão a pagar mais IRS mensalmente do que deviam, financiando de forma forçada o Estado, até ao reembolso do imposto. O que se passa é que as tabelas de IRS deviam estar mais de acordo

com a realidade. Ou seja, a taxa de retenção deveria estar o mais próximo possível dessa taxa real efetiva de tributação do imposto. Pelo contrário, surge desfasada dessa mesma realidade, sendo majorada de uma forma bastante significativa, com relevo para as classes de rendimentos onde se incluem o maior número de contribuintes.

O exemplo mais absurdo passa-se com os contribuintes que auferem rendimentos mais baixos (inferiores a mil euros mensais), que pagam taxas de retenção na fonte, mas que nem deveriam fazê-lo, porque na altura da entrega da declaração do IRS vão acabar por ser ressarcidos da totalidade do imposto pago, pelo montante de deduções que vão poder beneficiar.

Em resumo, durante o ano de 2015 o Estado vai continuar a retirar, através da retenção na fonte, por isso nos salários, um imposto superior ao que o contribuinte vai mencionar na sua declaração. O que é que isto quer dizer? Caberá ao próximo

governo, em 2016, a obrigação de devolver, nos habituais reembolsos, montantes mais elevados do que seria expectável.

Nas últimas semanas o falecimento de vários pacientes nas urgências dos hospitais tem estado no topo da atualidade. Os casos e os testemunhos sucedem-se nos telejornais do horário nobre e nas páginas dos jornais. Os familiares dos utentes queixam-se de desmazelo por parte dos serviços de saúde. É o eterno argumento da falta de meios. Ao que parece com razão. Prevendo a degradação do exercício da profissão e respetiva remuneração nos serviços públicos, muitos médicos decidiram reformar-se antecipadamente, com os seus cargos a serem ocupados por profissionais inexperientes, em início de carreira.

O setor da saúde é o exemplo acabado da perplexidade com que os cidadãos se confrontam, depois de pagar tantos impostos, recebendo como contrapartida do Estado a indiferença e o desleixo, que, em última análise, pode terminar em abandono. Ou pior, na morte. Quem pode e tem um seguro de saúde, dirige-se às valências privadas, quem não tem meios para suportar o recurso ao privado terá de suportar horas de espera a fio, seja o seu caso muito grave ou ligeiro. Paulo Macedo foi um excelente diretor-geral dos Impostos. Revolucionou a máquina fiscal. Não tenhamos dúvidas disso. Mas, apesar de estar a desenvolver um trabalho ingrato num setor afogado em dívidas e dificuldades múltiplas, terá de estar ciente que uma gestão de recursos rigorosa não pode deixar indefesas vidas humanas, muitas delas pessoas de avançada idade, sozinhas no mundo e que têm nos serviços hospitalares o seu último reduto de proteção. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.